



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO 3º TRIMESTRE DE 2012
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
DISPOSIÇÕES LEGAIS	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3º TRIMESTRE DE 2012

(Conforme previsto no nº 3 do Artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários as informações financeiras constantes do presente Relatório não foram sujeitas a auditoria externa ou revisão limitada)

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei aplicável às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Setembro de 2012 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica SA é uma sociedade cotada em Bolsa com o capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, detido em 50,99% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos S.A. e em 39,40% pela Gestprint – Gestão de Comercio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., estando o restante capital disperso em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e consequente aumento de capital.

Durante o terceiro trimestre de 2012 não ocorreram factos relevantes em relação à empresa mãe, Lisgráfica, S.A. – Impressão e Artes Gráficas, S.A. nem em relação a nenhuma das suas participadas. De salientar que das 3 empresas que compõem o Grupo apenas a Lisgráfica tem actividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e é assim responsável por 100% da actividade do Grupo.

A actividade do Grupo Lisgráfica, S.A., após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de Setembro de 2012:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica Imp. E Artes Gráficas, SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Sociais	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

No terceiro trimestre de 2012 a economia portuguesa registou uma contração de 0,6 % face ao trimestre anterior, e de 3,2 % comparativamente com o trimestre homólogo de 2011, mantendo-se assim a tendência registada nos trimestres anteriores.

Confirma-se assim o cenário de recessão da economia portuguesa, com sete trimestres consecutivos de contração homóloga do PIB, devido ao impacto do ajustamento orçamental e financeiro a nível interno e ao abrandamento da economia europeia. Para este desempenho contribuiu sobretudo a degradação da procura interna e do investimento público cujos efeitos foram ligeiramente atenuados pelo contributo positivo das exportações de bens e serviços. O desemprego continua em máximos históricos, com o indicador a ultrapassar os 15% neste trimestre, facto que se reflecte negativamente no poder de compra e na confiança dos consumidores.

Mantém-se um ambiente económico adverso e as medidas restritivas anunciadas pelo Governo para o próximo ano agravam ainda mais o sentimento de incerteza e desconfiança dos consumidores.

A generalidade das empresas regista quebras significativas na procura e, conseqüentemente, nos níveis de atividade o que continua a levar que a maioria delas tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são exceção a esta onda recessiva, tendo-se assistido ao encerramento de alguns projetos editoriais de pequenos e grandes editores nacionais, e em simultâneo à redução do número de páginas e da tiragem das publicações que se mantêm no mercado. De igual modo regista-se uma diminuição drástica nos trabalhos de grandes marcas comerciais devido às alterações de políticas de marketing com forte redução a nível do investimento publicitário.

Estudos recentes demonstram que o investimento publicitário está a níveis da década de 90, mantendo-se a trajetória de queda iniciada em 2008, estimando-se que os valores de 2012 fiquem 35% aquém dos registados nesse ano, sendo que entre 2011 e 2012 a redução está nos 25%.

ACTIVIDADE DO GRUPO

A actividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em exercícios anteriores, e foi marcada pelos efeitos da redução abrupta do investimento publicitário; comparativamente com o trimestre homólogo, apresenta uma variação negativa nas vendas de quase 25 % tendo-se situado nos 17,1 milhões de Euros. No

terceiro trimestre a tendência de queda agravou-se ainda mais com a variação em termos homólogos a atingir quase os 27%.

A análise por segmento confirma um comportamento em linha com a tendência no sector quer a nível de revistas, quer de jornais e suplementos o que se traduziu na redução de paginação de alguns produtos e encerramento de alguns títulos. No segmento dos Catálogos e Folhetos e em especial no das Listas Telefónicas a variação é superior à média do mercado devido ao efeito conjugado de redução de tiragem e redução do número de páginas, consequência da alteração das políticas de marketing dos principais intervenientes nestes dois segmentos.

Com o progressivo decréscimo de atividade a empresa desativou mais um equipamento de impressão, que se encontra totalmente amortizado, tendo terminado o período em análise os seguintes equipamentos em laboração: 5 máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas de impressão em plana e 14 máquinas de acabamento.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o trimestre homólogo, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12 Em €	Var. 11/12 Em %
Revistas	10.223	12.587	-2.364	-18,8%
Jornais/suplementos	3.217	4.286	-1.069	-24,9%
Catálogos e Folhetos	2.460	4.184	-1.724	-41,2%
Listas	512	864	-352	-40,7%
Outros	678	708	-30	-4,2%
TOTAL	17.090	22.629	-5.539	-24,5%
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				

Durante o exercício de 2012 não se verificaram factos mercedores de relevo nas empresas participadas:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo dos últimos anos a sua atividade foi praticamente inexistente. No final do período em análise a empresa não detém qualquer participação financeira, uma vez que a participação de 100% no Capital da Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A, foi cedido á Lisgráfica no final do ano transato.

Os resultados do período, negativos em cerca de 8 mil Euros, refletem a anulação do Pagamento Especial por Conta e custos com a revisão anual de contas.

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objecto a actividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela

Lisgráfica, S.A. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da actividade da Grafilis, S.A. que em 2005 cessou a actividade operacional em definitivo.

Apesar da sua inatividade a empresa regista um prejuízo de 8 mil euros justificado pela anulação do Pagamento Especial por Conta e custos com a revisão anual de contas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Actividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 3º TRIMESTRE - 2012/2011

DESCRIÇÃO	2012		2011		Var. 11/12	Var. 11/12
					em €	em %
Vendas	17.090	95%	22.629	96%	-5.539	-24,5%
Outros Proveitos Operacionais	961	5%	834	4%	127	15,2%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	18.051		23.463		-5.412	-23,1%
Custo Merc. Vendas e Consum.	5.861	32%	8.308	35%	-2.447	-29,5%
Fornecimentos e S. Externos	5.111	28%	5.589	24%	-478	-8,6%
Custos Com Pessoal	5.319	29%	5.767	25%	-448	-7,8%
Amortizações e Ajustamentos	3.456	19%	4.459	19%	-1.003	-22,5%
Perdas de Imparidade	0	0%	-33	0%	33	-100,0%
Outros Custos Operacionais	382	2%	272	1%	110	40,4%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	20.129		24.362		-4.233	-17,4%
RESULTADO CORRENTE - €	-2.078		-899		-1.179	131,1%
RESULTADO CORRENTE - %	-11,5%		-3,8%			
Outros Proveitos e Custos Não Correntes	163		-698		861	-123,4%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-1.915		-1.597		-318	19,9%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-10,6%		-6,8%			
EBITDA - €	1.541		2.829		-1.288	-45,5%
EBITDA - %	8,5%		12,1%		-3,5%	

(Valores em Milhares de Euros)

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade+
Out. Proveit. Custos Não Correntes

Os Proveitos Operacionais fixaram-se nos 18 milhões de Euros, dos quais 95% provêm directamente das vendas e 5% de serviços prestados e outros proveitos.

Comparativamente ao período homólogo é de salientar a variação nas vendas em consequência da retração no mercado - 24,5 %.

Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais é de referir:

- na rubrica CMVC regista-se uma diminuição de 29,5% que decorre essencialmente da retração na actividade e consequente redução do valor de faturação. De salientar que a faturação com incorporação de papel pela empresa passou de 41% em 2011 para 29% em 2012. Assim, a generalidade das contas que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa refletindo os efeitos diretos da redução de atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de 8,6% resulta do efeito conjugado de vários factores, entre eles a redução no custo de aluguer das instalações, dos custos com energia (em especial do gás natural) e dos custos com manutenção de equipamentos. Comparativamente a 2011 é de salientar ainda diminuição de custos com Subcontratos de Pré-Impressão e Acabamento, em função da retração da atividade;

- quanto aos Custos com Pessoal a variação registada reflecte a redução do número de trabalhadores no âmbito da estratégia de racionalização de processos internos iniciada em finais de 2008 e a redução significativa do custo com recurso a trabalho extraordinário. No final do ano de 2011 a empresa tinha 309 trabalhadores e no final do terceiro trimestre deste ano 293, dos quais cerca de 26 se encontram na situação de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off);

- as Amortizações decompõem-se em 2.935 mil Euros de amortização de bens do activo da empresa e 521 mil euros de amortizações do exercício relativas ao justo valor dos contratos com clientes decorrentes da imputação do *goodwill* apurado e registado em 2008;

O Resultado Operacional Consolidado apurado até ao final do terceiro trimestre de 2012, mantém-se negativo situando-se nos 1,9 milhões de euros o que representa uma degradação de quase 20% face ao apurado no período homólogo.

Apesar do desempenho negativo da atividade, ao longo dos 1ºs nove meses o Cash Flow Operacional Consolidado mantém-se positivo em aproximadamente 1.541 milhares de Euros; no entanto, face ao registado no período homólogo, apresenta uma variação de -45,5%.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 3º TRIMESTRE 2012/2011

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Resultados Correntes	-2.078	-899	-1.179	-131,1%
Resultados Operacionais	-1.915	-1.597	-318	-19,9%
Resultados Financeiros	-1.816	-1.737	-79	-4,5%
Imposto S/ Rendimento	-36	-53	17	32,1%
Resultados Líquidos	-3.767	-3.387	-380	-11,2%

Os resultados financeiros mantêm-se a nível do ano anterior por estabilização do endividamento e do respectivo custo médio.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 3º TRIMESTRE 2012/11

DESCRIÇÃO	2012	2011 31-Dez	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Activos não Correntes	27.230	30.901	-3.671	-12%
Activos Correntes	10.214	12.054	-1.840	-15%
Activos para Venda	0	2	-2	-100%
TOTAL ACTIVO	37.444	42.957	-5.513	-13%

Capital Próprio	-42.765	-38.998	-3.767	-10%
Passivo não Corrente	12.818	13.682	-864	-6%
Passivo Corrente	67.391	68.273	-882	-1%
TOTAL PASSIVO + SIT. LÍQUIDA	37.444	42.957	-5.513	-13%

(Valores em milhares de Euros)

As principais variações ocorridas no Activo Líquido verificam-se nos Activos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido e ao facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção). Nos Activos Correntes a variação resulta dos efeitos da diminuição de faturação na rubrica Clientes e Contas a Receber.

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do terceiro trimestre em 42.765 mil Euros negativos para o que contribuiu o Resultado Líquido negativo apurado no semestre.

O Passivo Não Corrente regista uma variação de menos cerca de 900 K€ relativo a valores que passaram para Passivo Corrente.

A diminuição do Passivo Corrente deve-se à redução do endividamento via factoring em consequência do decréscimo de atividade dos clientes abrangidos por contrato de factoring.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas integradas no perímetro de consolidação apresentamos um resumo dos principais indicadores:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12
Activo Total Liq.	3,5	11.700	-11.697
Passivo Total	5,6	1.431	-1.425
Capital Próprio	-2	10.269	-10.271
Capital Social	52	52	0
Resultado Líquido	-7,6	-11	3
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

As principais variações nas rubrica supra apresentadas resultam de:

- No final do ano transato a Lisgráfica SA cedeu o crédito que detinha sobre a Rasográfica SA, para regularização de parte do débito que detinha para com a Gestigráfica SA;
- No exercício de 2011 e sequência do crédito que ficou a deter sobre a Rasográfica SA, verificou-se que este não era susceptível de ser recebidos face à incapacidade financeira da empresa devedora; assim a Gestigráfica SA registou a imparidade sobre a totalidade desses créditos;

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12
Activo Total Liq.	7	61	-54
Passivo Total	1.462	1.489	-27
Capital Próprio	-1.455	-1.429	-26
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	-7,9	-8	0
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

DISPOSIÇÕES LEGAIS**Anexo ao Relatório de Gestão nos termos dos Artigos números 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais**

Nos termos do nº 5 do art.º 447 de Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o exercício findo em 30 de Setembro de 2012, quaisquer transações envolvendo ações da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos e para os efeitos do nº 4 do art.º 448 do Código das Sociedades Comerciais eram titulares da empresa, à data de encerramento do exercício:

- Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA	95.196.620
- Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	73.558.462

Informação nos termos da alínea B) do N.º1 do Artigo 20º do Código do dos Valores Mobiliários (Imputação dos direitos de voto):

Em 30 de Setembro de 2012 a Rasográfica SA detinha 95 196 620 acções da Lisgráfica que representam 50,99% dos direitos de voto e a Gestprint SA detinha 73.558.462 acções que representam 39,40% dos direitos de voto.

Informação Complementar às Demonstrações Financeiras Anexas Reportadas a 30 de Setembro de 2012 (valores em Euros):

Acções Próprias

- Quantidade	52.213 acções
- Valor Unitário	€ 0,05
- Valor Nominal	€ 2.610,65

Durante o exercício de 2012 não foram efetuadas operações sobre acções próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 30 de Setembro de 2012.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

Queluz de Baixo, 26 de Novembro de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVO ANEXO
ÀS CONTAS**

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado 30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	Não auditado 30 de Setembro de 2011
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos intangíveis	13	3 789 315	4 596 287	5 001 710
Activos fixos tangíveis	14	15 725 280	18 363 936	19 376 948
Activos por impostos diferidos	12	457 612	595 738	677 936
Clientes e contas a receber	17	3 224 599	3 224 599	3 603 874
Outros activos não correntes	15	4 033 279	4 120 243	14 360 245
Activos disponíveis para venda	20	-	2 000	35 692
	30	-	-	85 317
Total de activos não correntes		<u>27 230 085</u>	<u>30 902 803</u>	<u>43 141 722</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	16	457 787	741 283	724 409
Clientes e contas a receber	17	7 785 205	8 967 596	10 766 471
Outros activos correntes	18	1 595 362	1 823 391	3 148 078
Imposto sobre o rendimento	26	247 078	290 554	622 265
Caixa e seus equivalentes	19	128 691	231 089	241 293
Total de activos correntes		<u>10 214 123</u>	<u>12 053 913</u>	<u>15 502 516</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>37 444 208</u></u>	<u><u>42 956 716</u></u>	<u><u>58 644 238</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	20	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	20	15 803 648	15 803 648	15 803 648
Resultados transitados		(64 136 598)	(44 519 413)	(44 519 413)
Resultado consolidado líquido do exercício	31	(3 767 398)	(19 617 185)	(3 387 495)
Total do capital próprio		<u>(42 765 517)</u>	<u>(38 998 119)</u>	<u>(22 768 429)</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	1 636 099	862 392	32 618 471
Locações financeiras	22	4 548 868	5 434 618	4 413 403
Outros passivos não correntes	23	3 900 990	4 373 163	3 550 985
Fornecedores e contas a pagar	24	2 263 448	2 402 099	3 068 354
Passivos por impostos diferidos	12	469 033	609 613	677 936
Total de passivos não correntes		<u>12 818 438</u>	<u>13 681 885</u>	<u>44 329 149</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	43 499 246	46 067 424	14 807 559
Locações financeiras	22	1 254 729	1 276 074	1 280 522
Fornecedores e contas a pagar	24	17 545 951	17 407 500	15 051 969
Outros passivos correntes	25	4 728 283	3 181 452	4 474 347
Imposto sobre o rendimento	26	363 078	340 500	1 469 121
		<u>67 391 287</u>	<u>68 272 950</u>	<u>37 083 518</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>37 444 208</u></u>	<u><u>42 956 716</u></u>	<u><u>58 644 238</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de Setembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de Setembro de 2012	30 de Setembro de 2011	Terceiro trimestre de 2012	Terceiro trimestre 2011
PROVEITOS OPERACIONAIS:					
Vendas	6	17 089 615	22 628 940	5 546 039	7 453 768
Outros proveitos operacionais	7	1 455 878	834 539	777 168	187 592
Total de proveitos operacionais		<u>18 545 493</u>	<u>23 463 479</u>	<u>6 323 207</u>	<u>7 641 360</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
Custo das mercadorias vendidas	8	(5 861 249)	(8 308 478)	(1 961 486)	(2 519 159)
Fornecimentos e serviços externos	9	(5 110 792)	(5 589 042)	(1 823 066)	(1 861 411)
Custos com o pessoal	10	(5 522 780)	(6 464 959)	(1 569 165)	(1 556 788)
Amortizações	13 e 14	(3 456 183)	(4 459 071)	(1 122 913)	(1 433 924)
Perdas por imparidade	24	-	32 918	-	-
Outros custos operacionais	29	(509 912)	(271 771)	(209 232)	(55 696)
Total de custos operacionais		<u>(20 460 916)</u>	<u>(25 060 403)</u>	<u>(6 685 862)</u>	<u>(7 426 978)</u>
Resultados operacionais		<u>(1 915 423)</u>	<u>(1 596 924)</u>	<u>(362 655)</u>	<u>214 382</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(1 815 871)	(1 737 330)	(589 516)	(638 558)
Resultados antes de impostos		<u>(3 731 294)</u>	<u>(3 334 254)</u>	<u>(952 171)</u>	<u>(424 176)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	(36 104)	(53 241)	(11 032)	(11 476)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(3 767 398)</u>	<u>(3 387 495)</u>	<u>(963 203)</u>	<u>(435 652)</u>
Rendimento integral		<u>(3 767 398)</u>	<u>(3 387 495)</u>	<u>(963 203)</u>	<u>(435 652)</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>(3 767 398)</u>	<u>(3 387 495)</u>	<u>(963 203)</u>	<u>(435 652)</u>
Resultado por ação					
Básico	31	(0.0202)	(0.0181)	(0.0052)	(0.0023)
Diluído	31	(0.0202)	(0.0181)	(0.0052)	(0.0023)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de Setembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Não auditado

	<u>Capital</u>	<u>Reservas de reavaliação</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(35 721 256)	(8 798 157)	(19 380 934)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	(8 798 157)	8 798 157	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	-	(19 617 185)	(19 617 185)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(44 519 413)</u>	<u>(19 617 185)</u>	<u>(38 998 119)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	(19 617 185)	19 617 185	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Setembro de 2012	-	-	-	-	-	(3 767 398)	(3 767 398)
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(64 136 598)</u>	<u>(3 767 398)</u>	<u>(42 765 517)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de Setembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado			
		30 de Setembro de 2012	30 de Setembro de 2011	Terceiro trimestre 2012	Terceiro trimestre 2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		16 774 957	25 330 917	5 670 885	8 454 063
Pagamentos a fornecedores		(12 549 075)	(15 863 333)	(4 457 349)	(5 175 531)
Pagamentos ao pessoal		(3 170 614)	(6 826 009)	(1 132 145)	(3 046 326)
Fluxos gerados pelas operações		1 055 268	2 641 575	81 391	232 206
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(29 929)	(35 000)	-	-
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		189 703	(259 073)	302 570	773 295
Fluxos das actividades operacionais (1)		1 215 042	2 347 502	383 961	1 005 501
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		-	38 730	-	-
Accionistas		-	-	-	-
Juros e proveitos similares		860	-	316	-
		860	38 730	316	-
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-	(307 883)	-	(184 207)
Accionistas		-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		860	(269 153)	316	(184 207)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		68 000	-	-	-
		68 000	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(612 081)	(681 101)	(240 085)	(179 717)
Amortizações de contratos de locação financeira		(394 918)	(298 285)	(46 673)	(131 165)
Juros e custos similares		(903 886)	(880 414)	(256 085)	(249 068)
		(1 910 885)	(1 859 800)	(542 843)	(559 950)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1 842 885)	(1 859 800)	(542 843)	(559 950)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(626 983)	218 549	(158 566)	261 344
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	110 431	(96 960)	110 500	(139 755)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	(516 552)	121 589	(48 066)	121 589

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de Setembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas e listas telefónicas.

De recordar que a actividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de Maio de 2008, é o resultado da fusão com a sociedade Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter sempre em consideração este facto.

Os principais accionistas são a Rasográfica – Comercio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respectivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 27 de Novembro de 2012 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2011.

(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos activos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

Durante o exercício de 2011 entraram em vigor as seguintes normas em resultado da sua publicação pelo IFRIC e da sua adopção pela União Europeia:

- IAS 24 (alteração) – Partes relacionadas;
- IAS 32 (alteração) – Instrumentos financeiros: apresentação
- IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS;
- IFRIC 14 (alteração) – IAS 19 – Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos ea sua interacção com requisitos de contribuições mínimas;
- IFRIC 9 (nova) – Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital;
- Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente parra os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34, e IFRIC 13.

As alterações e as novas normas acima mencionadas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Novas normas, alterações e interpretações efectuadas e normas existentes que, apesar de já publicadas, não são de aplicação imediata e cuja aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior e que a Sociedade decidiu não adoptar antecipadamente:

- IAS 1 (alteração) – apresentação de demonstrações financeiras (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 12 (alteração) – Impostos sobre o rendimento (aplicar nos exercícios que iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 19 (revisão 2011) – Benefícios aos empregados (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 27 (revisão 2011) – Demonstrações financeiras separadas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 28 (revisão 2011) – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IAS 32 (alteração) – Compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 1 (alteração) – Adopção pela primeira vez das IFRS (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 7 (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 7 – (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;

(Montantes expressos em Euros)

- IFRS 9 (novo) – Instrumentos financeiros – classificação e mensuração (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 10 (novo) – Demonstrações financeiras consolidadas (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 11 (novo) - Acordos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 12 (novo) – Divulgação de interesses em outras entidades (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRS 13 (novo) – Justo valor: mensuração e divulgação (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- IFRIC 20 (nova) Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia.

De acordo com a análise efectuada pelo Grupo, não se estima que a aplicação das alterações e das normas acima referidas, que ainda não eram aplicáveis nos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011 tenham impactos significativos com a sua entrada em vigor.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os activos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transacções e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Activos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

(Montantes expressos em Euros)

(b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Softwares*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, identificáveis no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da excepção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

(Montantes expressos em Euros)

2.6 Imparidade de activos

O Grupo efectua avaliações de imparidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Instrumentos financeiros

2.8.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

(Montantes expressos em Euros)

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”.

2.8.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.8.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no activo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.8.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se o justo valor não for facilmente determinável.

2.9 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

(Montantes expressos em Euros)

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.11 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas e outros) são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.12 Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expectável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os activos que sejam detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo, como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.13 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é superior ao seu valor estimado de recuperação.

(Montantes expressos em Euros)

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.15 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectaram as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
- Registos de ajustamentos para contas a receber;
- Direitos contratuais de clientes;
- Recuperação dos activos por impostos diferidos;
- Registo de provisões.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 30 de Setembro de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

(Montantes expressos em Euros)

Denominação Social	Sede	Percentagem efectiva em	
		30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100	100
Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os exercícios findos em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

6. VENDAS POR PRODUTO

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, as vendas detalham-se como segue:

0,00	30 de Setembro de 2012	30 de Setembro de 2011	3º. Trimestre de 2012	3º. Trimestre de 2011
Revistas	10.222.601	12.587.244	3.167.867	4.410.221
Jornais e suplementos	3.217.014	4.286.001	1.208.748	1.342.151
Catálogos e folhetos	2.460.150	4.184.333	740.900	1.264.419
Listas	511.968	862.912	214.218	248.454
Outros	677.882	708.450	214.306	188.523
	<u>17.089.615</u>	<u>22.628.940</u>	<u>5.546.039</u>	<u>7.453.768</u>

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011 as vendas realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

7. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Setembro de 2012	30 de Setembro de 2011	3°. Trimestre de 2012	3°. Trimestre de 2011
Aluguer de instalações (a)	464.120	451.747	154.707	150.582
Imputações de custos (b)	313.664	264.589	112.839	89.092
Ganhos em imobilizações corpóreas	17.200	-	-	-
Redução de provisões	-	23.268	-	23.268
Variação da produção	32.401	(6.106)	-	(89.816)
Actualização do justo valor (Impala)	90.514	-	169	-
Outros proveitos operacionais (c)	537.979	101.041	509.453	14.466
	<u>1.455.878</u>	<u>834.539</u>	<u>777.168</u>	<u>187.592</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflecte os custos imputados e facturados a empresas que desenvolvem a sua actividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

(c) Esta rubrica inclui 495.430 Euros referentes a parte da indemnização por sinistro ocorrido em 2011 e recebida da Seguradora apenas no 3°. Trimestre de 2012.

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, esta rubrica foi determinada como segue:

	30 de Setembro de 2012	30 de Setembro de 2011	3°. Trimestre de 2012	3°. Trimestre de 2011
Matérias primas, subsidiárias e de consun	5.764.829	8.149.995	1.927.624	2.447.182
Mercadorias vendidas	96.420	158.483	33.862	71.977
	<u>5.861.249</u>	<u>8.308.478</u>	<u>1.961.486</u>	<u>2.519.159</u>

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, esta rubrica teve a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012	30 de Setembro de 2011	3°. Trimestre de 2012	3°. Trimestre de 2011
Subcontratos	429.358	516.415	204.431	177.719
Trabalhos especializados	237.941	334.820	100.185	135.577
Conservação e reparação	290.555	476.578	107.152	150.993
Energia e fluídos	1.769.975	1.681.095	609.443	553.030
Deslocações, estadas e transportes	227.209	248.265	86.560	80.192
Rendas e alugueres (a)	1.718.819	1.802.407	557.637	614.998
Outros	436.935	529.462	157.658	148.902
	<u>5.110.792</u>	<u>5.589.042</u>	<u>1.823.066</u>	<u>1.861.411</u>

(a) Em 30 de Setembro 2012 e 2011, esta rubrica inclui o montante de 418.776 e 503.496 Euros, respectivamente, decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 27).

(Montantes expressos em Euros)

Locações operacionais

Em 30 de Setembro de 2012 e 2011, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (“ESAF”), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e conseqüentemente as responsabilidades assumidas (Nota 24). Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	<u>30 de Setembro de 2012</u>	<u>30 de Setembro de 2011</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.292.944</u>	<u>1.275.431</u>

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>30 de Setembro de 2012</u>	<u>30 de Setembro de 2011</u>	<u>3°. Trimestre de 2012</u>	<u>3°. Trimestre de 2011</u>
Salários e remunerações	3.480.107	3.477.166	683.888	421.908
Encargos sobre remunerações	888.641	961.384	229.922	255.168
Outros gastos com o pessoal	<u>1.154.032</u>	<u>2.026.409</u>	<u>655.355</u>	<u>879.712</u>
	<u>5.522.780</u>	<u>6.464.959</u>	<u>1.569.165</u>	<u>1.556.788</u>

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 293 e 309 empregados, respectivamente.

Os outros gastos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 30 de Setembro de 2012 e 2011, respeitam, essencialmente, a indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, derivados, essencialmente, do plano de reestruturação já anteriormente implementado.

Em 30 de Setembro de 2012, o Grupo tinha na situação de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off) 26 trabalhadores, prosseguindo, no entanto, a actividade normal.

11. GASTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os gastos e proveitos financeiros dos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	<u>30 de Setembro de 2012</u>	<u>30 de Setembro de 2011</u>	<u>3º. Trimestre de 2012</u>	<u>3º. Trimestre de 2011</u>
<u>Custos financeiros:</u>				
Juros suportados (a)	1.631.820	1.876.537	540.399	550.979
Outros custos financeiros	<u>185.060</u>	<u>223.692</u>	<u>49.314</u>	<u>87.777</u>
	<u>1.816.880</u>	<u>2.100.229</u>	<u>589.713</u>	<u>638.756</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>				
Juros obtidos	595	338.381	197	198
Outros proveitos financeiros	<u>414</u>	<u>24.518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.009</u>	<u>362.899</u>	<u>197</u>	<u>198</u>
Custos financeiros, líquidos	<u><u>1.815.871</u></u>	<u><u>1.737.330</u></u>	<u><u>589.516</u></u>	<u><u>638.558</u></u>

(a) Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica inclui os montantes de 330.872 Euros e 468.104 Euros, respectivamente, a serem debitados pela Gestprint (Nota 27).

12. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 88 do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2012.

Impostos diferidos

Em 30 de Setembro de 2012, os passivos por impostos diferidos no montante de 457 612 Euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, foi como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	<u>Prejuízos fiscais reportáveis</u>	<u>Direitos contratuais</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	595.738	609.613
Redução	<u>138.126</u>	<u>140.580</u>
Saldo em 30 de Setembro de 2012	<u><u>457.612</u></u>	<u><u>469.033</u></u>

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de Setembro de 2012, no montante de 806.972 Euros.

14. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos fixos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de Setembro de 2012, no montante de 2.638.656 Euros.

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012			31 de Dezembro de 2011
	<u>Valor bruto</u>	<u>Perdas de imparidade</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 27)	11.074.927	(8.707.188)	2.367.739	2.454.703
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 27)	3.349.627	(3.349.627)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>
	<u><u>16.090.094</u></u>	<u><u>(12.056.815)</u></u>	<u><u>4.033.279</u></u>	<u><u>4.120.243</u></u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho de Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação de 2005 (Nota 21).

16. EXISTÊNCIAS

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de Perdas por imparidade	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	340.036	(33.485)	306.551	655.933	(33.485)	622.448
Produtos e trabalhos em curso	151.236	-	151.236	118.835	-	118.835
	<u>491.272</u>	<u>(33.485)</u>	<u>457.787</u>	<u>774.768</u>	<u>(33.485)</u>	<u>741.283</u>

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012				31 de Dezembro de 2011			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade	Valor líquido
Não correntes:								
Cientes	<u>5.299.908</u>	<u>(715.254)</u>	<u>(1.360.055)</u>	<u>3.224.599</u>	<u>5.390.253</u>	<u>(805.599)</u>	<u>(1.360.055)</u>	<u>3.224.599</u>
Correntes:								
Cientes	<u>16.453.844</u>	<u>-</u>	<u>(8.668.639)</u>	<u>7.785.205</u>	<u>17.638.135</u>	<u>-</u>	<u>(8.670.539)</u>	<u>8.967.596</u>
Total	<u>21.753.752</u>	<u>(715.254)</u>	<u>(10.028.694)</u>	<u>11.009.804</u>	<u>23.028.388</u>	<u>(805.599)</u>	<u>(10.030.594)</u>	<u>12.192.195</u>

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	1.080.310	919.411
Raográfica (Nota 27)	94.238	-
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	-	59.130
Seguros	26.749	318.648
Retenções na fonte	20.047	49.872
Imposto sobre o valor acrescentado	307.458	374.378
Outros diferimentos	-	25.966
Adiantamentos a fornecedores	35.433	35.433
Adiantamentos ao pessoal	31.127	40.553
	<u>1.595.362</u>	<u>1.823.391</u>

(Montantes expressos em Euros)

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Numerário	4.050	5.999
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>124.641</u>	<u>225.090</u>
Caixa e seus equivalentes	128.691	231.089
Descobertos bancários	<u>(645.243)</u>	<u>(120.658)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>(516.552)</u>	<u>110.431</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

20. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 acções com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gesprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	<u>17.941.538</u>	<u>9,61%</u>
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do activo imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuídas aos accionistas, podendo apenas em determinadas circunstâncias ser utilizadas para futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Acções próprias: Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo detinha 52.513 acções próprias. As acções próprias estão contabilizadas pelo seu valor de aquisição.

21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários (a)	1.636.099	35.670.845	862.392	36.610.985
Outros empréstimos (b)	-	606.198	-	606.198
Descobertos bancários (c)	-	645.243	-	120.658
Factoring (d)	-	4.644.764	-	6.231.019
Letras descontadas (e)	-	1.654.856	-	1.916.597
Cheques pré-datados (f)	-	277.340	-	581.967
	<u>1.636.099</u>	<u>43.499.246</u>	<u>862.392</u>	<u>46.067.424</u>

(a) Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	30 de Setembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	1.053.852	90.000	-	1.188.852
BCP (ii)	-	2.650.000	-	2.650.000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	-	970.000	-	990.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	-	1.040.625	-	1.502.234
BCP (v)	-	602.500	-	602.500
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vi)	-	102.014	93.007	20.832
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio")	-	245.613	78.605	182.658
BCP (viii)	-	1.021.236	-	1.021.236
BCP (ix)	-	20.240.000	-	20.240.000
BCP (x)	-	4.000.000	-	4.000.000
BCP	-	-	-	116.667
Banco Popular, S.A. ("BP") (xi)	75.497	77.936	106.481	63.307
Banif (xii)	-	381.379	-	407.125
Banif (xiii)	-	662.832	-	662.832
CGD (xiv)	-	1.677.195	-	1.619.048
Banco Efisa (xv)	506.750	98.549	584.299	52.500
Banif (xvi)	-	1.291.194	-	1.291.194
Banif (xvii)	-	477.000	-	-
Livranças	-	42.772	-	-
	<u>1.636.099</u>	<u>35.670.845</u>	<u>862.392</u>	<u>36.610.985</u>

- (i) Empréstimo correspondente a três linhas conta-corrente caucionada com o BES, com plano de amortização mensal desde Abril de 2012 de 2.500 Euros em cada uma das linhas, no valor total de 1.143.852 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 573.852 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 485.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 85.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4%
- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de Janeiro de 2014 e término em 15 de Outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48 no montante de 35.558 Euros. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e cederam em penhor as acções detidas no

(Montantes expressos em Euros)

capital da Lisgráfica. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Em 8 de Agosto de 2011 foi realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 60 prestações mensais com início em 18 de Setembro de 2011 e término em 18 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª e 12ª prestação os reembolsos serão de 2.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 5.000 Euros, entre a 25ª e 36ª de 10.000 Euros, entre a 37ª e 48ª de 32.500 Euros, entre a 49ª e 56ª de 40.000 Euros e entre a 57ª e 60ª de 20.000 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato (nomeadamente, ter pagas todas as contribuições à Segurança Social e Impostos). Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. O montante em dívida em 30 de Setembro de 2012, 970.000 Euros, foi classificado na totalidade como passivo corrente por a Empresa não estar a cumprir os “*covenants*” assumidos em resultado da sua contratação.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O empréstimo é liderado pela CGD (831.250 Euros), e conta com a participação do BCP 1.068.750 Euros e Banif (477.000 Euros) sendo o capital amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 15 de Março de 2011 e 12 de Janeiro de 2012 foram negociadas as parcelas em dívida à CGD e Banif, ficando em dívida o montante de 1.040.625 Euros. Em 30 de Setembro de 2012, este montante encontra-se em mora face ao plano de reembolso contratado pelo que foi classificado como passivo corrente. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (v) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O empréstimo é liderado pelo Banif (1.205.000 Euros) e conta com a participação do BCP (602.500 Euros) e do Banco Efisa (602.500 Euros), sendo o capital amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. No primeiro semestre de 2011 foram negociadas as parcelas em dívida ao Banif e Banco Efisa por um prazo de 120 meses e com carência de capital de 36 meses. Em 30 de Setembro de 2012, a parcela referente ao BCP, no montante de 602.500 Euros, ainda não se encontra renegociada e vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 30 de Setembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 102.014 Euros. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%.
- (vii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e, após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em Abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de Julho de 2010 e término em 16 de Junho de 2013. Em 30 de Setembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 245.613 Euros e vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse

(Montantes expressos em Euros)

período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de Janeiro de 2014 e término em 18 de Março 2018. Em 30 de Setembro de 2012 o montante em dívida ascendia a 1.021.236 Euros que se vence a médio e longo prazo. Como garante do integral cumprimento do empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de créditos emergentes do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de Janeiro de 2014 e término em 20 de Dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos accionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, actualmente, respectivamente, de 50,99% e 39,4% das acções representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor financeiro pela Gestprint sobre 72.223.016 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em virtude de os “*covenants*” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (x) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de Dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Como garante do integrante cumprimento deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala; a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco. Em virtude de os “*covenants*” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xi) Financiamento concedido pelo Banco Popular, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de Junho de 2010 e término em 25 de Novembro de 2014. Em 30 de Setembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 153.433 Euros, do qual 75.497 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.

(Montantes expressos em Euros)

- (xii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de Dezembro de 2010 e término em 23 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xiv) Financiamento concedido pela Caixa Geral de Depósitos a partir de 15 de Março de 2011, no montante de 1.677.195 Euros, com carência de capital de 36 meses. Após esse período o empréstimo será amortizável em 14 prestações semestrais com início em 15 de Setembro de 2014. Este financiamento resulta da reestruturação de outros já existentes e da capitalização de juros até à data e vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xv) Financiamento concedido pelo Banco Efisa, no montante de 647.229 Euros, amortizável em 60 prestações mensais com início em 30 de Setembro de 2011 e término em 30 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª à 12ª prestação os reembolsos mensais serão de 3.500 Euros, entre a 13ª. e 24ª de 7.000 Euros e o remanescente será reembolsado em 36 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 30 de Setembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 612.299 Euros do qual 535.299 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (xvi) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 1.291.194 Euros, amortizável em 84 prestações mensais com início em 30 de Agosto de 2014, sendo a última prestação acrescida de 516.478. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xvii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 477.00 Euros, amortizável em 84 prestações mensais, com carência de capital de 3 anos e sendo a prestação final com vencimento a 16 de Janeiro de 2022 acrescida do valor residual de 190.800 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “*covenants*” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os empréstimos bancários vencem conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Setembro de 2012
Até 1 ano	35.670.845
A mais de 1 e menos de 2 anos	234.807
A mais de 2 e menos de 5 anos	707.440
A mais de 5 anos	693.852
	<u>37.306.944</u>
	<u>37.306.944</u>
	31 de Dezembro de 2011
Até 1 ano	36.610.985
A mais de 1 e menos de 2 anos	406.066
A mais de 2 e menos de 5 anos	456.326
	<u>37.473.377</u>
	<u>37.473.377</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária, que actualmente é de 341.267 Euros (Nota 28). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre Janeiro e Abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 30 de Setembro de 2012, o valor em dívida ascendia a 606.198 Euros o qual se encontra em mora.
- (c) Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os descobertos bancários fora facilidades concedidas e destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 277.340 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 30 de Setembro de 2012, a Empresa tinha contratadas duas linha de descontos de cheques, as quais se detalham:

- . BCP, com *plafond* de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%;
- . BNP, com *plafond* de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%.

22. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Setembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>4.548.893</u>	<u>1.254.729</u>	<u>5.434.618</u>	<u>1.276.074</u>

Em 30 de Setembro de 2012, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 11.454.377 Euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 5.650.780 Euros o que perfaz um valor líquido de 5.803.597 Euros. Este montante vence-se como segue:

Até 1 ano	<u>1.254.729</u>
Entre 1 e 2 anos	391.188
Entre 2 e 5 anos	2.539.355
Mais de 5 anos	<u>1.618.325</u>
	<u>4.548.868</u>
Total	<u>5.803.597</u>

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 27), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 7,108% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint, correspondentes a caução e reforço da caução, no montante de 5.650.780 Euros. Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Contrato de impressão (a)	2.079.718	2.206.682
Dívidas integradas em planos de pagamentos (b)	<u>1.821.272</u>	<u>2.166.481</u>
	<u>3.900.990</u>	<u>4.373.163</u>

- (a) Este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até Outubro de 2022.

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o plano de pagamentos era o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
A mais de 1 e menos de 2 anos	178.517	170.582
A mais de 2 e menos de 5 anos	605.329	578.423
A mais de 5 anos	1.295.872	1.457.676
	<u>2.079.718</u>	<u>2.206.681</u>

(b) Dívidas à Segurança Social integradas em planos de pagamento.

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as dívidas integradas em planos de pagamento vencem-se conforme segue:

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
A mais de 1 e menos de 2 anos	433.288	493.693
A mais de 2 e menos de 5 anos	1.219.117	1.232.551
A mais de 5 anos	169.322	440.237
	<u>1.821.727</u>	<u>2.166.481</u>

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se em mora o montante de 449.023 Euros e 214.049 Euros, respectivamente.

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente (a)	11.381.507	2.263.448	11.308.232	2.402.099
Fornecedores, títulos a pagar	307.234	-	502.637	-
Fornecedores de imobilizado	63.665	-	82.374	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	691.890	-	1.456.724	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	25.492	-	85.492	-
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	657.312	-	517.613	-
Remunerações a liquidar	2.016.737	-	1.333.936	-
Juros a liquidar (b)	1.828.546	-	1.681.532	-
Fornecimentos e serviços externos	546.233	-	386.462	-
Outros custos e perdas	27.335	-	52.498	-
	<u>17.545.951</u>	<u>2.263.448</u>	<u>17.407.500</u>	<u>2.402.099</u>

(a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida para 145.603 Euros. A renda passa a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no

(Montantes expressos em Euros)

projecto imobiliário gerido pela Gespatrimónio/ESAF. Em 30 de Junho de 2012, o montante em dívida nominal ascendia a 5.821.463 Euros, do qual 2.263.448 Euros se vence no médio e longo prazo.

- (b) Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui os montantes de 810.395 Euros e 479.523 Euros, respectivamente, a pagar à Gestprint e relativo ao contrato de sublocação para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10” (Nota 27).

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
	<u> </u>	<u> </u>
Adiantamentos de clientes	10.854	5.876
Sector público estatal (a)	3.942.075	1.923.562
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	396.900	503.150
Contrato de impressão (Nota 23)	193.017	160.548
Outros	48.588	160.957
Proveitos diferidos (b)	136.849	427.359
	<u>4.728.283</u>	<u>3.181.452</u>

- (a) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendo calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, nos montantes, de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 28). Actualmente, mantém-se em vigor a garantia emitida a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e cujo valor de momento são 2.540.548 Euros. O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 encontrava-se em mora os montantes de 433.044 Euros e 214.049 Euros, respectivamente.

Em 30 de Setembro de 2012, encontrava-se em mora o montante de 3.077.266 Euros, referente a dívidas fiscais e para-fiscais cuja decomposição é a seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

<u>Tributo</u>	<u>30 de Setembro de 2012</u>
Retenções de irs/ irc e Imposto de Selo	611.223
Taxa extraordinária	57.788
Taxa social única	2.408.255
Total	<u>3.077.266</u>

No final do mês de Dezembro de 2011, a Empresa entregou o requerimento de apresentação ao PEC (Procedimento Extrajudicial de Conciliação), requerimento que incluía os montantes do actual PEC e as dívidas existentes em 2011.

Em 23 de Janeiro de 2012, a Empresa foi informada pelo IAPMEI que se deu início ao processo supracitado ao qual foi atribuída a referência 2222.

(b) Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	<u>30 de Setembro de 2012</u>	<u>31 de Dezembro de 2011</u>
Francisco Batista, Lda	93.750	375.000
Subsidio ao investimento	43.099	52.359
	<u>136.849</u>	<u>427.359</u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de Setembro de 2012</u>		<u>31 de Dezembro 2011</u>	
	<u>Activos correntes</u>	<u>Passivos não correntes</u>	<u>Activos correntes</u>	<u>Passivos não correntes</u>
Pagamento especial por conta	246.929	-	290.554	-
Retenções efectuadas por terceiros	149	-	-	-
Imposto o sobre o rendimento estimado	-	38.559	-	167.043
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	324.519	-	173.457
	<u>247.078</u>	<u>363.078</u>	<u>290.554</u>	<u>340.500</u>

27. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

(Montantes expressos em Euros)

Os saldos em 30 de Setembro de 2012 e 31 Dezembro de 2011 as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

		30 de Setembro de 2012							
		Saldos			Transacções				
		Outros activos não correntes	Outros activos correntes	Fornecedores e contas a pagar	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal	Custos e perdas financeiros		
		(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 24)	(Nota 9)	(Nota 31)	(Nota 11)		
Accionistas:									
Rasográfica (a)	2.367.739	94.238	-	418.776	-	-	-		
Gestprint (b)	-	-	810.392	-	-	-	330.872		
Total accionistas	2.367.739	94.238	810.392	418.776	-	-	330.872		
Partes relacionadas:									
Conselho de Administração	-	-	-	-	510.742	-	-		
Total partes relacionadas	-	-	-	-	510.742	-	-		
Total	2.367.739	94.238	810.392	418.776	510.742	-	330.872		
		31 de Dezembro de 2011							
		Saldos				Transacções			
		Outros activos não correntes	Outros activos correntes	Credores por locação financeira	Fornecedores e contas a pagar	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal	Custos e perdas financeiros	Proveitos e ganhos financeiros
		(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 22)	(Nota 24)	(Nota 9)	(Nota 31)	(Nota 11)	(Nota 11)
Accionistas:									
Rasográfica	2.454.703	154.797	-	-	671.328	-	-	-	195.417
Gestprint	-	-	1.366.542	479.523	-	-	468.104	-	272.687
Total accionistas	2.454.703	154.797	1.366.542	479.523	671.328	-	468.104	-	468.104
Partes relacionadas:									
Conselho de Administração	-	-	-	69.041	-	318.442	-	-	-
Total partes relacionadas	-	-	-	69.041	-	318.442	-	-	-
Total	2.454.703	154.797	1.366.542	548.564	671.328	318.442	468.104	-	468.104

(a) O montante de 2.367.739 Euros é constituído por:

- 1.260.000 Euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio têm prazo de vencimento a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo;
- 1.251.587 Euros, titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira e do qual 1.107.739 Euros foi registado a médio e longo prazo.

O montante de 418.776 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 9).

(b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão “rotativa 10”, com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa de 7,108% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa em 30 de Setembro de 2012 tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 5.650.780 Euros.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anulados no processo de consolidação (Nota 4).

(Montantes expressos em Euros)

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em acções aos membros do Conselho de Administração.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2.907.241 Euros e 4.165.505 Euros, respectivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.548	2.540.548
Direcção Geral dos Impostos	CGD	-	1.207.971
IAPMEI (b)	Banif	341.267	341.267
Petrolgal - Petróleos de Portugal, S.A. (c)	BES	8.500	8.500
Fundação Inatel (d)	BCP	-	44.738
Câmara Municipal do Porto (d)	BES	9.606	9.606
Câmara Municipal de Almada (d)	BES	7.320	7.320
Câmara Municipal de Oeiras	BES	-	2.821
Câmara Municipal de Mafra	BES	-	2.734
		<u>2.907.241</u>	<u>4.165.505</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 25).

(b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 21).

(c) Garantia prestada no âmbito de acordos comerciais - Fornecedores.

(d) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial – Clientes.

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respectivos limites:

	30 de Setembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	1.348.756	1.348.756
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	2.692.993	2.692.993
	<u>24.557.558</u>	<u>24.557.558</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala – Sociedade Editorial, Lda.

(Montantes expressos em Euros)

29. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Em 30 de Setembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de Setembro de 2012</u>	<u>30 de Setembro de 2011</u>	<u>3º. Trimestre de 2012</u>	<u>3º. Trimestre de 2011</u>
Impostos	154.819	159.515	65.917	39.944
Descontos de pronto pagamento concedidos	11.181	14.585	3.646	4.812
Correcções relativas a exercícios anteriores	79.790	4.386	5.566	-
Sinistros	127.952	-	127.952	-
Actualização do justo valor (ESAF)	94.840	-	-	-
Outros	<u>41.330</u>	<u>93.285</u>	<u>6.151</u>	<u>10.940</u>
	<u>509.912</u>	<u>271.771</u>	<u>209.232</u>	<u>55.696</u>

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 30 de Setembro de 2012 e 2011 foi de 0,0202 e 0,0158, respectivamente.

	<u>30 de Setembro de 2012</u>	<u>30 de Setembro de 2011</u>
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(3.767.398)</u>	<u>(2.952.143)</u>
Número de acções da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de acções próprias	(52.513)	(52.513)
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido do acção básico e diluído (a)	<u>186.644.107</u>	<u>186.644.107</u>
Resultado por acção:		
Básico	(0,0202)	(0,0158)
Diluído	(0,0202)	(0,0158)

(a) Este montante corresponde ao número total de acções da Lisgráfica, deduzido de 52.213 acções próprias.

31. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 510.742 Euros e 235.607 Euros, respectivamente.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não há a assinalar qualquer acontecimento relevante.

(Montantes expressos em Euros)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro